



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ACTA Nº 24/2011

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 19 DE DEZEMBRO DE 2011

Aos dezanove dias do mês de Dezembro de dois mil e onze, nesta cidade de Rio Maior e na sala de Reuniões sita nos Paços do Concelho reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência da Dra. Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais, estando presentes os Vereadores, Dr. Carlos Fernando Frazão Correia, Dra. Sara Maria Carapito Silva Fragoso, Dr. Nuno Leal Santos da Veiga Malta, Dr. Silvino Manuel Gomes Sequeira, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida e Dr. Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro. -----

FALTAS

Foram justificadas as faltas dos Vereadores, Dra. Ana Cristina Lobato Pinto Fróis de Figueiredo e Silva e Dr. Daniel Alexandre Pulquério Pinto, por motivos profissionais, tendo os mesmos sido substituídos pelo Dr. Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro. -----

INÍCIO

Quando eram dez horas, verificando-se a existência de quórum a Presidente, Dra. Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais, declarou aberta a reunião. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA

A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: -----

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 19 DE DEZEMBRO DE 2011

Operações Orçamentais: um milhão, cento e oitenta e dois mil, setecentos e cinquenta euros e noventa e quatro cêntimos.-----

Operações não Orçamentais: cento e treze mil, duzentos e sessenta e quatro euros e cinco cêntimos. -----

COMPETÊNCIA DELEGADA

Ao abrigo da previsão do nº 3 do artigo 65º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, a Câmara tomou conhecimento que, no uso da competência delegada e subdelegada, a Presidente e o Vereador Dr. Carlos Fernando Frazão Correia haviam proferido despachos sobre assuntos emanados da Unidade de Obras Particulares e Ordenamento, bem como da Subunidade de Contabilidade – neste último caso referente à vigésima primeira Alteração/Modificação ao Orçamento 2011 – Despesa e à vigésima primeira Alteração/Modificação às Grandes Opções do Plano 2011 – Plano Plurianual de Investimentos – Actividades Mais Relevantes, os quais constam da pasta de documentos anexos a esta Acta. -----

A Presidente deu os necessários esclarecimentos acerca da presente alteração orçamental. -----

INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

VEREADOR, DR. GUILHERME FILIPE SALGADO GABOLEIRO. -----

O Vereador, Dr. Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro interveio, começando por se referir aos requerimentos apresentados nas reuniões de Câmara em que participara, questionando quando é que era dada resposta aos diversos pedidos. -----

O Vereador, Dr. Guilherme Gaboleiro, questionou, ainda, em que situação se encontrava a colocação da placa alusiva à inauguração efectuada pelo Governador Civil, de então, Dr. Silvino Sequeira, ao Posto de Turismo das

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 19 DE DEZEMBRO DE 2011

Salinas. Terminou a sua intervenção, solicitando mais uma vez que as respostas às questões apresentadas fossem efectuadas com maior celeridade.

VEREADOR, DR. CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA. -----

O Vereador, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida interveio, reportando-se à vigésima primeira alteração orçamental apresentada anteriormente e ao reforço de verba para a passagem de ano, dizendo que não concordava com o reforço desta verba para a citada actividade, pois havia muitos riomaiorenses que estavam a passar por dificuldades. Disse, ainda, que a festa da comemoração do final do ano era só para alguns. Referiu, também, os cortes financeiros por parte do Município em relação ao movimento associativo, às Colectividades e às Associações, dizendo mais uma vez que não concordava com o reforço de verba para a festa da passagem do ano. -----

VEREADOR, DR. SILVINO MANUEL GOMES SEQUEIRA. -----

O Vereador, Dr. Silvino Manuel Gomes Sequeira, interveio, começando por agradecer à Dra. Lurdes Violante o envio atempado da relação da dívida a fornecedores, solicitando, também, que lhe fosse facultada uma relação da dívida a empreiteiros. -----

Continuando no uso da palavra, o Vereador, Dr. Silvino Sequeira, lembrou que em anteriores reuniões de Câmara solicitara algumas informações, pedindo que as mesmas lhe fossem facultadas atempadamente. -----

O Vereador, Dr. Silvino Sequeira, questionou, também, se já fora feita a correcção ao projecto de regulamento do estacionamento que fora publicitado em Diário da república, tendo em conta os erros e omissões do mesmo. -----

Terminou a sua intervenção, dizendo subscrever as declarações proferidas pelo Vereador, Dr. Carlos Nazaré, no que concerne a festas, atendendo ao ambiente social que o País atravessa, nomeadamente, o concelho de Rio Maior. -----

VEREADOR, DR. CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA. -----

O Vereador, Dr. Carlos Fernando Frazão Correia interveio, começando por dar algumas informações que considerava importantes:-----

- Reunião realizada nas Caldas da Rainha com todos os accionistas da empresa Águas do Oeste, em que estivera presente o representante das Águas de Portugal. Referiu que fora assumido pela empresa Águas do Oeste que os Municípios tinham razão, atendendo a que o contrato assinado anteriormente tinha como pressuposto a construção do aeroporto de Ota, que os mínimos estavam muito acima do normal, que o preço ia sofrer uma redução de cerca de vinte por cento, tendo em conta o contrato inicial. Informou, também, que no dia 5 de Janeiro de 2012 ia decorrer uma reunião com vista à definição de uma estratégia comum para a renegociação dos contratos assinados. Disse, igualmente, que no dia 12 do mesmo mês ia ser efectuada uma outra reunião com as Águas de Portugal para tentar minorar o impacto que as facturas emitidas pela empresa referida, na ordem dos 300.000,00€ mensais provocavam nas tesourarias dos Municípios. Referiu ainda que a contestação por parte dos Municípios em relação à situação era enérgica e que existia a possibilidade de ser efectuada uma acção conjunta de todos os municípios envolvidos contra as Águas de Portugal/Águas do Oeste, reiterando que a decisão final ia ser tomada no próximo dia 5 de Janeiro de 2012. -----

No que respeita a outras situações, o Vereador Dr. Carlos Frazão, informou também que já tinha sido assinado o contrato para a ampliação do Centro de Estágios e que a obra ia começar durante o mês de Janeiro de 2012, após o visto do Tribunal de Contas. Em relação às “três Vias-sacras”, ou seja, 1ª fase A e B e a 2ª fase, o Vereador, Dr. Carlos Frazão, disse que estavam adjudicadas e que a 3ª fase estava em fase de concurso, que ia terminar durante a semana corrente. -----

Continuando a sua intervenção o Vereador, Dr. Carlos Frazão, disse, ainda, que em relação à Estrada das Abuxanas fora assinado contrato no dia 16 de Dezembro para a colocação de micro aglomerados nas zonas mais críticas, dizendo que a obra principiaria possivelmente no início do ano de 2012. Em

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 19 DE DEZEMBRO DE 2011

relação à estrada de acesso ao Estaleiro Municipal, o Vereador, Dr. Carlos Frazão, disse que após a tramitação legal do processo a mesma ia ser realizada. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA. -----

A Presidente interveio começando por responder a algumas das questões apresentadas pelos Vereadores da oposição, reportando-se à questão relativa à colocação da placa alusiva à inauguração efectuada pelo Governador Civil, Dr. Silvino Sequeira, ao Posto de Turismo das Salinas, informando que dera instruções aos serviços para que a mesma fosse recolocada. No entanto, solicitou à Vereadora, Dra. Sara Fragoso, que verificasse junto dos serviços a situação. Logo de seguida e após informação prestada pela Vereadora, Dra. Sara Fragoso, a Presidente informou que a questão estava pendente de decisão relativa ao sítio onde ia ser colocada a placa. -----

Na sua intervenção e em resposta ao Vereador, Dr. Silvino Sequeira, disse no que concerne à relação de dívida a empreiteiros que a mesma já constava do e-mail que fora enviado, salientando que foram enviados dois anexos.-----
Concluiu a sua intervenção, dizendo que ao longo do ano de 2011, a Câmara prestara vários apoios sociais, designadamente, anulações de dívidas a diversos alunos nas refeições e prolongamento de horário, comprovadas pelos serviços de Acção Social. Reportou-se também a um apoio social de cerca de 12.000,00€, que fora deliberado em anterior reunião de Câmara. A Presidente disse, ainda, que era obrigação do Município promover a criação de actividades que viessem dar resposta à comunidade riomaiorense e que a festa da Passagem do Ano era para todas as pessoas que nela pretendessem participar. Salientou, ainda, a adesão da população riomaiorense ao referido evento no ano de 2010. Concluiu a sua intervenção, referindo que a actividade da Passagem do Ano tinha um custo de cerca de 3.000,00€. -----

VEREADOR, DR. CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA. -----

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 19 DE DEZEMBRO DE 2011

O Vereador, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida interveio novamente, tendo solicitado explicações sobre o valor orçamentado para a Passagem de Ano. ---

O Chefe de Divisão da Unidade Financeira, Dr. Jorge Colaço, interveio a pedido da Presidente, tendo dado os necessários esclarecimentos. -----

VEREADOR, DR. CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA. -----

O Vereador, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida interveio novamente, tendo efectuado a seguinte afirmação: “*Registo que a Câmara se dá por satisfeita com o apoio que dá a nível social, tendo em conta a informação que obtive*”. Logo de seguida questionou se a Câmara estava, também, satisfeita com uma situação que fora presente a anterior reunião de Câmara em que fora solicitada a ligação de um ramal de água e respectiva isenção de pagamento de um antigo canil que fora adaptado e servia de habitação, questionando, ainda, qual tinha sido a ajuda da Câmara ao munícipe para que as suas condições de habitabilidade fossem melhoradas. -----

VEREADORA, DRA. SARA MARIA CARAPITO SILVA FRAGOSO. -----

A Vereadora, Dra. Sara Maria Carapito Silva Fragoso, interveio e no que concerne à questão apresentada pelo Vereador, Dr. Carlos Nazaré, deu conhecimento que o termo utilizado “canil”, tinha sido uma forma de referenciar a situação, porque o edifício já tinha sido remodelado para que pudesse servir de habitação à munícipe e que o mesmo tinha condições de habitabilidade. ----

ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SUJEITOS A PARECER PRÉVIO – ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2011 -----

Foi presente à Câmara a informação n.º 221/SUAP, datada de 13 de Dezembro de 2011, relativa à Contrato de Prestação de Serviços Sujeitos a Parecer Prévio – Orçamento de Estado para 2011. -----

A Presidente fez a apresentação do assunto, tendo efectuado a leitura do documento e dado os necessários esclarecimentos. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

ORDEM DO DIA

**DESPACHOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 3 DO ARTIGO 68º DA LEI
N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO.**

DESPACHO N.º 27/VICE-CF/2011 – REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DO PERCURSO DA PROCISSÃO DA VIA SACRA OU PASSOS DE RIO MAIOR (2.ª FASE A) – APROVAÇÃO DOS ERROS E OMISSÕES E PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS. -----

Foi presente à Câmara o Despacho nº 27/VICE-CF/2011, datado de 13 de Dezembro, relativo ao Programa de Acção para Regeneração Urbana na Cidade de Rio Maior – Requalificação do Espaço Público do Percurso da Procissão da Via-Sacra ou Passos de Rio Maior – Aprovação do Relatório Final. -----

A Presidente fez a apresentação do assunto, tendo efectuado a leitura da minuta de deliberação. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, ratificar o despacho n.º 27/VICE-CF/2011, exarado pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara, no dia 13 de Dezembro de 2011, ao abrigo do n.º 3 do artigo 68º da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, pelo qual se determinou a aprovação dos erros e omissões do procedimento em apreço, bem como a prorrogação do prazo para apresentação de propostas por período equivalente ao atraso verificado bem como ao tempo decorrido desde o início da suspensão até à comunicação da decisão que recaiu sobre os erros e omissões e consequentemente, a publicação do respectivo aviso em Diário da República. -

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 19 DE DEZEMBRO DE 2011

O Vereador, Dr. Silvino Manuel Gomes Sequeira, fez a seguinte declaração de voto, oral:-----

“Votei favoravelmente esta proposta, porque é mais um passo na candidatura apresentada pelo anterior Executivo sobre a requalificação de espaços públicos, por isso congratulo-me.” -----

Os restantes Vereadores eleitos pelo Partido Socialista subscreveram a presente declaração de voto.-----

O Vereador, Dr. Carlos Fernando Frazão Correia, fez a seguinte declaração de voto, oral:-----

“Devido à crise e aos preços terem vindo sistematicamente a baixar no mercado, foi possível com a mesma verba candidatada e aprovada, o Executivo actual fazer mais obras do que as inicialmente previstas.” -----

A presente Declaração de Voto foi subscrita pelos demais Vereadores eleitos pela coligação “Juntos pelo Futuro” e a Presidente. -----

UNIDADE ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS

ELEIÇÃO DO PRESIDENTE E DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA – TRANSFERÊNCIA DE VERBAS PARA AS FREGUESIAS -----

Foi presente à Câmara uma informação da Subunidade de Expediente Geral e Apoio aos Órgãos Municipais datada de 9 de Dezembro, relativa à Eleição do Presidente e da Assembleia da República – Transferência de Verbas para as Freguesias. -----

A Presidente fez a apresentação do assunto, tendo efectuado a leitura da minuta de deliberação. -----

A Câmara deliberou por unanimidade autorizar a transferência das verbas para as Juntas de Freguesia relativas às Eleições supracitadas, conforme mapas

anexos à informação em apreço. -----

ANULAÇÃO DE RECEITA – FORNECIMENTO DE ÁGUA E TAXA DE ESGOTOS – ANO DE 1999, 2000, 2001 E 2002 -----

Foi presente à Câmara uma informação do Serviço de Execuções Fiscais, datada de 5 de Maio, relativa à Anulação de Receita – Fornecimento de Água e Taxa de Esgotos – Ano de 1999, 2000, 2001 e 2002. -----

A Presidente fez a apresentação do assunto, tendo efectuado a leitura da minuta de deliberação. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, autorizar a anulação da receita virtual referente aos anos de 1999, 2000, 2001 e 2002 conforme informações em apreço. -----

UNIDADE DE CONTENCIOSO E CONTRATAÇÃO PÚBLICA

FOZMASSIMO – SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, S.A. – PROLONGAMENTO DA AV. MARECHAL HUMBERTO DELGADO – EXPROPRIAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO. -----

Foi presente à Câmara uma informação da Unidade de Contencioso e Contratação Pública, datada de 13 de Dezembro, relativa à Fozmassimo – Sociedade Imobiliária, S.A. – Prolongamento da Av. Marechal Humberto Delgado – Expropriação de Parcela de Terreno. -----

A Presidente fez a apresentação do assunto, tendo efectuado a leitura da minuta de deliberação. -----

O Vereador, Dr. Carlos Frazão interveio a pedido da Presidente tendo dado uma explicação sobre o assunto, nomeadamente, que o mesmo tinha a ver com uma permuta de terrenos entre o Grupo Jerónimo Martins e o Grupo Sonae, dizendo também que inicialmente tinha existido um acordo verbal, mas que até à data o mesmo não produzira efeitos e que a única hipótese para resolver o diferendo era avançar com o processo expropriativo. -----

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 19 DE DEZEMBRO DE 2011

O Vereador, Dr. Carlos Frazão, informou, ainda, que nas reuniões realizadas entre o Nuno Lucas, proprietário de terrenos contíguos, e o Grupo Sonae para acordo sobre a venda e a compra de terrenos, que também não se conseguira chegar a acordo, dizendo que provavelmente se ia desenvolver um processo semelhante ao que estava a ser apresentado. -----

O Vereador, Dr. Carlos Nazaré interveio, referindo que a Câmara devia de promover uma reunião entre as partes para que os mesmos pudessem chegar a acordo, tendo em conta que as duas empresas possuíam unidades comerciais em Rio Maior, salientando que a Câmara devia de tentar harmonizar o diferendo existente entre as partes. Concluiu dizendo que ia votar contra a proposta apresentada, porque não concordava com a mesma e que o Grupo Jerónimo Martins merecia toda a consideração, atendendo às unidades comerciais que possuía em Rio Maior e os consequentes postos de trabalho que criara. -----

O Vereador, Dr. Carlos Frazão interveio novamente e em resposta ao Vereador, Dr. Carlos Nazaré, informou que a sugestão apresentada pelo mesmo para a realização de uma reunião entre as partes envolvidas já se realizara. Acrescentou, ainda, que das diligências por parte do Município para tentar resolver o diferendo tinham participado representantes dos dois grupos comerciais, dizendo que numa das reuniões chegara a haver um “acordo de cavalheiros”, no entanto, os contactos posteriores dos serviços da Câmara foram ignorados pelo Grupo Jerónimo Martins. -----

Concluiu a sua intervenção dizendo que o processo já se arrastava há mais de um ano e que se o Grupo Jerónimo Martins tivesse interesse em resolver a situação já tinha dado uma resposta ao Município. -----

A Câmara, de acordo com as informações em apreço, e, em cumprimento do protocolo celebrado com a empresa Fozmassimo – Sociedade Imobiliária, S.A., deliberou por maioria, com os votos a favor dos Vereadores eleitos pela Coligação “Juntos pelo Futuro” e a Presidente e com os votos contra dos Vereadores eleitos pelo Partido Socialista, despoletar o necessário processo

expropriativo. -----

O Vereador, Dr. Silvino Manuel Gomes Sequeira, fez a seguinte declaração de voto, oral: -----

“Votei contra, porque, não está em causa todas as diligências que se fizeram, mas pelo princípio, porque há privados que não chegam a acordo e então recorrem a uma instituição pública, neste caso o Município, para proceder a uma expropriação. Eu penso que é um precedente grave que se abre, porque doravante também outros particulares, com outros negócios que procurem fazer no concelho de Rio Maior, se não chegarem a acordo, é uma questão de interpretação de interesse público, poderão recorrer ao Município. Portanto, eu não concordo com este método, com este procedimento, independentemente da boa vontade interposta por quem representa o Município, concretamente, o Vereador, Dr. Carlos Frazão, para encontrar soluções de entendimento entre privados. Em resumo, votei contra, porque o Município não deve intervir quando há desacordo entre particulares, porque isto é um precedente que se abre, sabe-se como começa, não se sabe como acaba.” -----

Os restantes Vereadores eleitos pelo Partido Socialista subscreveram a presente Declaração de Voto. -----

O Vereador, Dr. Carlos Fernando Frazão Correia, previamente à sua Declaração de Voto, teceu algumas considerações acerca do assunto: -----

“Já fui acusado de ter alguns interesses particulares relativamente a esta situação, por parte de uma pessoa que também está em contencioso com a Câmara e sinceramente é um processo que a mim, embora eu tenha sido mandatado pela Câmara, me causa algum transtorno pessoal por colocar em causa a minha boa fé, a minha honra e a minha lealdade para com o Município. Por isso é que eu tive o cuidado de nestas reuniões todas que houve, quer com o Grupo Jerónimo Martins, quer com o Nuno Lucas, estarem sempre presentes várias pessoas, entre técnicos da Câmara e/ou Vereadores, porque isto chega a uma altura que dizemos “alto e pára o baile”, ou seja, “quem não se sente não é filho de boa gente”. Eu da minha parte, continuo, perante tal situação, disponível para ter a mesma conduta, ou seja, estar sempre disponível para resolver as coisas a bem. Dizer também que isto que o Vereador, Dr. Silvino Sequeira disse aconteceu com um terreno em frente à minha casa, que era propriedade do meu Pai, isto no mandato anterior, e por acaso foram lá colocar uns placares com uns editais a avisar que o

terreno ia ser expropriado e sobre expropriações fico-me por aqui.” -----

O Vereador, Dr. Carlos Fernando Frazão Correia, seguidamente, fez a seguinte Declaração de Voto, oral: -----

“Votei favoravelmente, porque após todos os esforços feitos por parte do Executivo relativamente à solução do problema, até à data não fora possível. No entanto penso que da minha parte pessoal existe toda a disponibilidade para antes do processo avançar para contencioso, tentar mais uma vez, chegar a um acordo.” -----

A presente Declaração de Voto foi subscrita pelos demais Vereadores eleitos pela coligação “Juntos pelo Futuro” e a Presidente. -----

O Vereador, Dr. Silvino Manuel Gomes Sequeira, fez ainda uma referência, acerca do assunto em epígrafe: -----

“A minha posição tem a ver com uma questão de princípio, se existe alguma suspeição em concreto, agradecia que fosse denunciada publicamente para não ficarem dúvidas no ar. Vivemos em regime democrático, portanto gostaria de saber se existe alguma questão pessoal aqui.” -----

ASSOCIAÇÃO REPRESENTATIVA, CULTURAL E DESPORTIVA DA RIBEIRA DE SANTO ANDRÉ – DOAÇÃO DE TERRENO AO MUNICÍPIO DE RIO MAIOR -----

Foi presente à Câmara uma informação da Unidade de Contencioso e Contratação Pública, datada de 13 de Dezembro, relativa à Associação Representativa, Cultural e Desportiva da Ribeira de Santo André – Doação de Terreno ao Município de Rio Maior. -----

A Presidente fez a apresentação do assunto, tendo efectuado a leitura da minuta de deliberação. -----

O Vereador, Dr. Nuno Malta interveio a pedido da Presidente, tendo referido que o assunto em epígrafe tinha a ver com um problema existente há muitos anos que a Associação Representativa, Cultural e Desportiva da Ribeira de Santo André apresentara à Câmara. Aludiu que durante todo o tempo em que o

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 19 DE DEZEMBRO DE 2011

processo se arrastara a referida Associação perdera algumas oportunidades que outras colectividades tiveram acesso. Aludiu ainda às dificuldades da Associação, nomeadamente com o pagamento do IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis, dizendo que ele próprio tinha suportado o encargo referente a um semestre, sob pena do terreno ser penhorado por parte das Finanças. -----
O Vereador Dr. Nuno Malta disse que a forma que fora encontrada para resolver o problema apresentado ia permitir um desenvolvimento sustentável da Associação, fomentando o desenvolvimento local. -----

O Vereador, Dr. Carlos Nazaré interveio tendo referido que conhecia o processo em causa, reconhecendo a Associação da Ribeira de Santo André como legítima possuidora do espaço para equipamento público que fora doado pela Câmara e também reconhecia as necessidades da Associação. Disse, no entanto, não concordar com o procedimento proposto, dada a sua complexidade, dizendo não querer colocar em causa o parecer jurídico apresentado, tendo em conta que o mesmo se referia à questão da doação e respectivos trâmites legais. Disse ainda que no processo apresentado não estava contemplada a questão processual de alteração ao loteamento, que se tratava de uma área de 5.000 m² e que a Associação estava disponível para fazer uma doação de 4.000 m², ficando com o remanescente, ou seja, 1.000 m². Logo de seguida, expôs a sua opinião. Disse que a Câmara devia efectuar um protocolo com a Associação, em que a mesma se comprometia a fazer a doação da totalidade do terreno, que a Câmara procedia à alteração ao loteamento e que depois cedia um lote para que a Associação pudesse cumprir a sua pretensão.-----

O Vereador, Dr. Carlos Nazaré, ressaltou ainda que do ponto de vista da alteração ao Loteamento, a Associação da Ribeira de Santo André, teria muitas dificuldades em requerer a referida operação urbanística, que era muito mais rápido e eficaz ser o Município a fazê-lo.-----

O Vereador, Dr. Carlos Frazão interveio, dizendo compreender a preocupação do Vereador, Dr. Carlos Nazaré, mas que existia um documento assinado por

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 19 DE DEZEMBRO DE 2011

todos os elementos da Associação da Ribeira de Santo André em que a mesma se comprometia a efectuar a doação de 4.000 m² de terreno e que após a respectiva escritura o Município procedia à alteração do Loteamento.-----

O Vereador, Dr. Carlos Nazaré interveio novamente, voltando a insistir que tinha que ser a Associação da Ribeira de Santo André a solicitar a alteração ao Loteamento como proprietária do lote de 5.000 m², para depois poder doar os 4.000 m² de terreno ao Município. -----

Concluiu a sua intervenção salientando que seria muito difícil para a Associação da Ribeira de Santo André conseguir efectuar o pedido de alteração ao Loteamento, tendo em conta as suas dificuldades financeiras. -----

A Presidente interveio tendo referido que existia uma outra questão subjacente, ou seja, que a Associação após tantos anos de espera para conseguir a posse do terreno, se efectuasse agora a entrega da totalidade do terreno não era bem visto pela comunidade local, que ficando a Associação com cerca de 1.000 m² era uma forma de mostrar que tinha existido negociação. -----

O Vereador, Dr. Carlos Nazaré interveio mais uma vez, repetindo a ideia de que era muito mais fácil ser a Câmara a proceder à alteração do Loteamento, no entanto era necessário que a Associação da Ribeira de Santo André procedesse à entrega do lote na totalidade, assumindo a Câmara o compromisso, por escrito, de lhe doar um lote com um total de 1.000 m² após a referida modificação. -----

O Vereador, Dr. Carlos Frazão interveio novamente, dizendo que qualquer alteração à minuta de deliberação iria contrariar a decisão da Assembleia Geral da Associação da Ribeira de Santo André que decidira efectuar a doação de cerca de 4.000 m² de terreno ao Município. Logo de seguida, o Vereador, Dr. Carlos Frazão expôs a sua opinião, a Câmara aceitaria a doação e comprometia-se a elaborar o processo de alteração do loteamento assumindo os respectivos encargos.-----

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 19 DE DEZEMBRO DE 2011

O Vereador, Dr. Nuno Malta interveio dizendo concordar com a proposta do Vereador, Dr. Carlos Frazão e que compreendia a preocupação da Associação da Ribeira de Santo André em preservar o seu Património, tendo em conta que o processo de doação por parte do Município se arrastara há vários anos. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, de acordo com a informação e a acta em apreço, aprovar as sugestões de procedimentos apresentadas na informação da Unidade de Contencioso e Contratação Pública. -----

Neste momento a Presidente e a Vereadora, Dra. Sara Maria Carapito Silva Fragoso saíram da sala de reuniões de Câmara, ficando o Vice-Presidente a presidir. -----

UNIDADE DE EDUCAÇÃO, ACÇÃO SOCIAL E SAÚDE

PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO – ANO DE 2012 – ESCOLA PROFISSIONAL DE RIO MAIOR, LDA., EM -----

Foi presente à Câmara a informação nº 36/UEASS/2011, datada de 15 de Dezembro, relativa ao Plano de Actividades e Orçamento – Ano de 2012 – Escola Profissional de Rio Maior, Lda., EM. -----

O Vice-Presidente interveio tendo solicitado ao Dr. Bentes da Silva, Director Administrativo e Financeiro da Escola Profissional de Rio Maior, presente na sala de reuniões, que efectuassem uma introdução do documento em epígrafe, referindo que o mesmo já se encontrava aprovado pelos sócios da empresa. --

O Dr. Bentes da Silva, Director Administrativo e Financeiro da Escola Profissional de Rio Maior interveio a pedido do Vice-Presidente tendo referido que o Orçamento para o ano de 2011 tinha sido aprovado em meados do ano corrente, tendo em conta a transformação da Escola Profissional em Empresa Municipal -----

Informou que o Orçamento para o ano de 2012, seguira as mesmas linhas em relação ao ano anterior e que a Escola ia funcionar no ano de 2012 com o

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 19 DE DEZEMBRO DE 2011

mesmo número de cursos do ano anterior, onze. Aludiu ainda que a escola se candidatara a vários cursos EFA – Cursos de Educação, Formação a Adultos e a Unidades UFCD. O Dr. Bentes da Silva, salientou ainda a possibilidade da vinda de um milhão e duzentos mil euros de receitas para Rio Maior, por via da existência da Escola Profissional, em que duzentos e cinquenta mil euros eram para apoio a formandos, considerando ser uma grande mais-valia para as famílias do concelho de Rio Maior, tendo em conta as actuais dificuldades existentes. Terminou a sua intervenção, referindo que a Escola Profissional apresentara resultados financeiros satisfatórios, comprovados pelo parecer favorável do Revisor Oficial de Contas. -----

O Vereador, Dr. Guilherme Gaboleiro interveio, questionando se a Escola Profissional, como empresa pública, estava sujeita às regras da função pública, nomeadamente, aos cortes do subsídio de natal e de férias durante os anos de 2012 e 2013. -----

O Vereador, Dr. Carlos Nazaré interveio, realçando a clareza e o rigor do documento apresentado, dizendo ter ficado contente, tendo em conta as condições de sustentabilidade que a Escola Profissional apresentava, salientando que tal facto era benéfico para todos os trabalhadores, colaboradores, alunos e comunidade em geral. -----

Terminou a sua intervenção, tendo solicitado alguns esclarecimentos sobre o Plano de Investimentos a efectuar durante o ano de 2012, nomeadamente, no que respeita à rubrica “Edifícios e outras construções”. -----

O Vereador, Dr. Silvino Sequeira interveio, manifestando a sua satisfação e regozijo pelo documento apresentado, tendo em conta a situação actual do País, dando os parabéns à Escola Profissional. Salientou, ainda, que as iniciativas, em devido tempo, tomadas pelo Poder Local, tinham sustentabilidade e que não eram geradoras de conflito, de degradação económica e social, salientando mais uma vez a importância do documento em epígrafe. -----

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 19 DE DEZEMBRO DE 2011

O Vereador, Dr. Nuno Malta interveio, congratulando a Escola Profissional pelos resultados financeiros satisfatórios apresentados, salientando a forma como a referida Escola estava a ser gerida, permitindo provar que quando os projectos eram criados, tinham que possuir um princípio de sustentabilidade, felicitando mais uma vez a Escola Profissional. -----

O Dr. Bentes da Silva, Director Administrativo e Financeiro da Escola Profissional de Rio Maior interveio mais uma vez, a pedido do Vice-Presidente, para prestar os devidos esclarecimentos sobre as questões apresentadas: ----

- Em relação à questão levantada pelo Vereador, Dr. Guilherme Gaboleiro, no que respeita aos cortes do subsídio de natal e de férias, durante os anos de 2012 e 2013 aplicados à função pública, o Dr. Bentes da Silva referiu a existência de duas correntes de opinião, dizendo que a que tinha mais peso era no sentido do referido corte não se aplicar às Empresa Municipais, não obstante, disse, que tinha que se aguardar a publicação da Lei para poder existir a respectiva interpretação jurídica. -----

- Em relação à questão apresentada pelo Vereador, Dr. Carlos Nazaré no que respeita ao Plano de Investimentos, na rubrica “Edifícios e outras construções”, o Dr. Bentes da Silva, disse que o mesmo já se encontrava contemplado no Orçamento do ano de 2011 com a previsão de inicio das obras durante o ano corrente, o que não acontecera, tendo esclarecido que as mesmas se prendiam com o alargamento das oficinas, tendo em conta a aposta da Escola nos cursos oficiais. Aludiu ainda às dificuldades existentes em relação à manutenção do número alargado de alunos nas actuais instalações no que respeitava aos cursos oficiais, nomeadamente, na área da mecânica. Logo de seguida, informou que o Conselho de Gerência estava a efectuar os estudos para que o alargamento das oficinas pudesse ser efectuado paralelamente às existentes, para que fosse possível receber um maior número de turmas na área da mecânica. -----

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar o Plano de Actividades e Orçamento para o ano de 2012, proposto pela Escola Profissional de Rio Maior, no âmbito do disposto no n.º 2 do artigo 23.º dos Estatutos da referida

entidade, conforme mencionado na informação em apreço. -----

O Presidente em exercício fez a seguinte declaração de voto, oral:-----

“Quero elogiar todo o trabalho desenvolvido, não só, pelos actuais corpos sociais, mas também por todos aqueles que passaram desde a sua fundação pela Escola Profissional e penso que este voto é extensível não só à Câmara Municipal de Rio Maior, mas também à Associação de Produtores Agrícolas e Associação Empresarial. Penso que com este espírito de colaboração, entreajuda e de seriedade, que é possível a Escola Profissional de Rio Maior, tendo sido um êxito, continuar a sê-lo.” -----

A presente Declaração de Voto foi subscrita pelo Vereador, Dr. Nuno Leal Santos da Veiga Malta eleito pela coligação “Juntos pelo Futuro”. -----

Neste momento a Presidente e a Vereadora, Dra. Sara Maria Carapito Silva Fragoso entraram na sala de reuniões de Câmara. -----

UNIDADE FINANCEIRA, CONTABILIDADE, APROVISIONAMENTO E PATRIMÓNIO

EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO, ATÉ AO MONTANTE DE 600 000,00 EUROS – PRORROGAÇÃO DE PRAZO -----

Foi presente à Câmara a informação nº 40/UFCAP/AL/2011, datada de 15 de Dezembro, referente ao Empréstimo de Curto Prazo, até ao montante de 600 000,00 Euros – Prorrogação de Prazo. -----

A Presidente fez a apresentação do assunto, tendo efectuado a leitura da minuta de deliberação. -----

O Vereador, Dr. Silvino Sequeira interveio tendo apresentado a sua interpretação sobre o assunto em epígrafe, dizendo que a Câmara estava a solicitar a prorrogação do empréstimo no montante de 600.000,00€, para efectuar o seu pagamento em 2012, seguidamente ia contrair um outro empréstimo, até ao montante de 850.000,00€, inserido no Plano de Actividades

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 19 DE DEZEMBRO DE 2011

e Orçamento, também pagável em 2012 e que no final do ano tinha um remanescente de 250.000,00€. Terminou a sua intervenção questionando se a sua interpretação estava correcta. -----

A Presidente interveio tendo respondido que a interpretação do Vereador, Dr. Silvino Sequeira estava correcta. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, nos termos das informações e pareceres em epígrafe, aprovar a prorrogação do empréstimo em apreço, com prazo até um ano, spread de 5,5% e uma aplicação de comissão de garantia no montante de 1.000,00 euros, mantendo-se as restantes condições, incluídas no contrato inicial, inalteradas. -----

Mais deliberou submeter este assunto à competente aprovação da Assembleia Municipal. -----

EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO ATÉ AO MONTANTE DE 850.000,00 € -----

Foi presente à Câmara a informação nº 23/UFCAP/JC, datada de 14 de Dezembro de 2011, referente ao Empréstimo de Curto Prazo, até ao montante de 850.000,00€. -----

A Presidente fez a apresentação do assunto, tendo efectuado a leitura da minuta de deliberação. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, concordar com a proposta de contracção de empréstimos a curto prazo para ocorrer a dificuldades de tesouraria até ao montante de 850.000,00 €, para o ano de 2012, e nos termos do n.º 7 do artigo 38º da Lei 15/2007 de 15 de Janeiro e solicitar à Assembleia Municipal a respectiva autorização. -----

HASTA PÚBLICA PARA VENDA DE LOTES DE TERRENO URBANOS – PATRIMÓNIO IMÓVEL PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE RIO MAIOR – CADERNO DE ENCARGOS. ----

Foi presente à Câmara a informação nº 224/2011, da Subunidade de

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 19 DE DEZEMBRO DE 2011

Aprovisionamento e Património, datada de 14 de Dezembro de 2011, referente à Hasta Pública para Venda de Lotes de Terreno Urbanos – Património Imóvel Propriedade do Município de Rio Maior – Caderno de Encargos. -----

A Presidente fez a apresentação do assunto, tendo efectuado a leitura da minuta de deliberação. -----

O Vereador, Dr. Silvino Sequeira interveio e em relação ao assunto apresentado, efectuou uma comparação com a venda da EDP, por parte do Governo Português. Disse que os seis lotes que iam ser colocados em Hasta Pública eram uma mais-valia para o Município de Rio Maior, questionando se as verbas a arrecadar com a referida venda já estavam direccionadas para algum investimento, considerando importante para o presente e futuro do concelho de Rio Maior. -----

O Vereador, Dr. Carlos Frazão interveio, dizendo que a comparação apresentada pelo Vereador, Dr. Silvino Sequeira era muito curiosa. Disse, ainda, que atendendo à situação actual de crise que o País atravessa, nomeadamente, no mercado imobiliário e atendendo ao preço por metro quadrado apresentado, que o Município, possivelmente, não conseguia alienar qualquer lote. Terminou a sua intervenção, dizendo que caso a venda se concretizasse não existia nenhuma previsão para a aplicação dos montantes resultantes da alienação. -----

O Vereador, Dr. Silvino Sequeira interveio novamente, questionando se a verba a arrecadar na proposta de Hasta Pública dos lotes, estava prevista no Orçamento para o ano de 2012. -----

A Presidente interveio tendo dado os necessários esclarecimentos acerca da questão apresentada. -----

O Vereador, Dr. Carlos Nazaré interveio, dizendo compreender o processo em causa, dizendo que gostava que a Câmara efectuasse a referida venda e

procedesse ao respectivo encaixe financeiro, se possível por valor superior. Disse, no entanto, que caso a venda não se concretizasse, que o Município continuava detentor dos lotes de terreno e, no futuro, podia existir valorização dos mesmos. -----

Terminou a sua intervenção dizendo que ia votar favoravelmente a proposta apresentada. -----

A Câmara, em face da actual conjuntura económica, deliberou por unanimidade aprovar a venda, em hasta pública, de seis lotes de terreno sitos na “Pá Ribeira”, Rio Maior, com o valor base de licitação de 98.320,00 € euros para o lote nº 5, 102.600,00 € euros para o lote 8, 113.500,00 € para o lote 13, 95.580,00 € para o lote 14, 91.100,00 € para o lote 15 e 91.100,00 € para o lote 16. -----

A Câmara deliberou ainda aprovar as condições gerais de venda nos termos constantes dos documentos em anexo. -----

GRANDES OPÇÕES DO PLANO, ORÇAMENTO E MAPA DE PESSOAL – 2012 -----

Foram presentes à Câmara as Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal – 2012. -----

A Presidente fez a apresentação do assunto, tendo efectuado a leitura da minuta de deliberação e do documento de introdução ao Orçamento Municipal para o ano de 2012: -----

“O Orçamento Municipal que propomos para 2012 é, sem margem para dúvidas, o mais difícil dos que já elaborámos e submetemos ao Executivo e à Assembleia Municipal. -----

E quando falamos em dificuldade queremos salientar que este orçamento espelha os tempos de crise e de falta de liquidez que o nosso País atravessa.

É incorrecto pensar que os sacrifícios impostos pelo chamado “memorando da Troika” apenas se reflectem no Estado Central, nas remunerações, nos subsídios e na banca. Pelo contrário, esta profunda crise tem um reflexo enorme nas autarquias locais, que representam a proximidade política na mais plena acepção da palavra. É aqui que se iniciam e terminam os problemas das

populações, é através das autarquias que se cumprem as funções sociais mais básicas, são elas que, nos tempos de aperto, contribuem para o equilíbrio social, para a continuidade do tecido associativo e da participação da sociedade civil. -----

Para além dos significativos cortes nas transferências correntes do Estado Central, as regras da contabilidade das autarquias locais apenas permitem prever nas receitas correntes os valores correspondentes à média dos últimos dois anos, precisamente aqueles que marcam o declínio financeiro de Portugal, da Europa e do Mundo. -----

Tal como o Estado pede sacrifícios às autarquias, também estas, considerando os cortes abruptos nas suas receitas, têm de congrega a colaboração das diversas forças vivas locais na busca de uma maior racionalização dos meios e consequente aumento da eficiência. -----

Nesta conjuntura, é isto que queremos com o presente orçamento. É também isto que o País precisa. E assim que Rio Maior pretende continuar a ser um concelho de referência, estar na linha da frente quando existem financiamentos e verbas disponíveis, também tem de contribuir e empenhar-se para que se ultrapasse este momento menos bom da estrutura económica do nosso País.

A presente proposta de orçamento para 2012 totaliza 27.816.988€ dos quais 15.951.601€ (57,34%) correspondem a receita corrente e 11.865.387€ (42,66%) a receita de capital. Este valor do orçamento representa uma diminuição de 2.984.940€ (9,7%) face ao do ano anterior, sendo a dependência do Município face ao Orçamento de Estado de 47%, quando em 2011 foi de 51%, o que significa um aumento na autonomia face ao poder central. -----

As despesas correntes, consequência da manutenção em funcionamento dos equipamentos e da função social da autarquia, obrigam a que as mesmas ultrapassem as verificadas em anos anteriores. As refeições e transportes escolares, o aumento do IVA na electricidade, o aumento dos custos com a água e saneamento e a manutenção em funcionamento das creches da Chainça e de Malaqueijo, são exemplos do que acabámos de expor. -----

Por outro lado, as receitas provindas do Estado, bem como as receitas de impostos directos diminuem em cerca de 815.000 euros, no total das duas rubricas. -----

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 19 DE DEZEMBRO DE 2011

A leitura das análises constantes do Orçamento evidenciará o esforço que o Executivo, em conjunto com todos os dirigentes, trabalhadores e colaboradores, está disponível para levar a efeito no próximo ano, prestando o seu contributo ao equilíbrio das contas municipais. -----

Desde logo, a redução muito significativa – cerca de 740 mil euros - nas despesas com pessoal, sem que isso signifique qualquer diminuição forçada ou planeada de trabalhadores. -----

Outro exemplo, reside na sustentabilidade da capacidade de auto-financiamento da Desmor, mesmo em tempo de crise, que permite prever ainda uma redução do contrato-programa em cerca de 2%, na continuidade da redução de 19,5% que tinha sido prevista no orçamento de 2011. De referir que o valor do contrato-programa está abaixo do "custo social" da prestação de serviços à população do concelho de Rio Maior. São, pois, fortes exemplos de contenção e racionalização. -----

Mas não são as dificuldades que nos param ou desanimam. Mantemos a mesma determinação no aproveitamento dos fundos comunitários, no investimento que o nosso concelho realmente precisa, pelo que prevemos neste orçamento, entre outras, as seguintes obras para o próximo ano:-----

- Conclusão do centro escolar S. João da Ribeira; -----*
- Construção do centro escolar de Fráguas; -----*
- Ampliação do centro de estágios; -----*
- 3ª fase da beneficiação da rede viária municipal; -----*
- Continuação das obras da Regeneração Urbana, onde se inserem o espaço polivalente com funções lúdicas e sociais, o Mercado Municipal e as obras da "Via Sacra"; -----*
- Conclusão da Modernização Administrativa; -----*

É com este espírito de bem servir, de pugnar pelo desenvolvimento da nossa terra, mesmo em tempos difíceis, que apresentamos os documentos previsionais do Município de Rio Maior, contando com a colaboração de todos os munícipes, autarcas – sobretudo Presidentes de Junta de Freguesia - e instituições para ultrapassarmos esta conjuntura. -----

Uma última nota de agradecimento a todos os trabalhadores que se empenham diariamente na prossecução da missão da autarquia, mesmo com os cortes

nos seus vencimentos, determinados pelo poder central, devido à grave crise que o País atravessa. É com eles que contamos para a boa execução do documento que se segue.” -----

Terminou a sua intervenção tendo feito um agradecimento especial ao Dr. Jorge Colaço, Chefe de Divisão da Unidade Financeira, à Dra. Ana Tavares, Assessora, também da Unidade Financeira e aos Técnicos que trabalharam no documento em epígrafe, salientando os alertas e as considerações que todos apresentaram, tornando possível a apresentação do documento em epígrafe. Agradeceu mais uma vez em seu nome pessoal e também em nome da maioria que integra a Câmara Municipal de Rio Maior. -----

O Vereador, Dr. Nuno Malta interveio tendo efectuado algumas considerações sobre o documento em apreço, tais como: *“Este é um orçamento assente em 4 princípios orientadores muito simples e que todos os riomaiorenses podem perceber e - acho eu - concordar: rigor na gestão, reforço da consolidação das contas, seriedade e constante monitorização das necessidades sociais do nosso concelho. -----*

- Olhar atento aos problemas sociais, obras municipais estruturantes e muito cuidado com a gestão dos dinheiros municipais são as nossas prioridades e estou seguro que a maioria dos riomaiorenses concorda com isto, tornando este orçamento ainda mais credível. -----

- Porém, estamos consciente que uma Câmara Municipal tem mais funções para além destas e não se pode demitir das suas responsabilidades nos mais diversos campos, da cultura ao desporto, da juventude à educação, passando pelos grandes eventos e pelo apoio ao associativismo. -----

- Porém, se é verdade que não se fazem omeletes sem partir ovos não é menos verdade que nenhuma dela deixa de se chamar omelete por ser feita apenas de um ovo. -----

- Por isso, aos que apontam o dedo pelos cortes que efectuámos em diversas áreas, respondo eu com o orgulho de fazer parte de um Executivo que pôs as suas responsabilidades públicas à frente da popularidade resultante de uma distribuição generosa de meios e verbas que escasseiam”. -----

O Vereador, Dr. Carlos Frazão interveio, dizendo que a evolução dos orçamentos ao longo dos anos fora sempre crescente, devido à existência de verbas de fundos comunitários que não eram utilizadas e também da existência de mais impostos a receber pela Câmara, ou seja, que ano após ano, o valor dos Orçamentos era sempre superior ao ano anterior. -----

Continuando no uso da palavra, o Vereador, Dr. Carlos Frazão disse que actualmente os tempos eram diferentes, tendo em conta a diminuição de impostos recebidos pela Câmara. Disse, ainda, que fazendo uma análise ao valor dos Orçamentos desde o ano de 2009 até 2012, os mesmos reflectiam a evolução da economia do País e também das Autarquias. -----

O Vereador, Dr. Carlos Frazão, na sua intervenção, referiu-se ainda à estratégia do actual Executivo em conjunto com os funcionários da Autarquia, no sentido de conseguir responder atempadamente, salvo algumas excepções, às pretensões dos munícipes e também aos anseios dos Presidentes das Juntas de Freguesia, sobretudo nas obras exteriores. Aludiu ainda às despesas com o pessoal, entre os anos de 2009 e 2012, tendo em contas as aposentações verificadas e as saídas através das reestruturações aplicadas por força da Lei. Salientou, também, a perspectiva que durante o ano de 2012, voltava a existir a necessidade de haver uma nova reestruturação, não só ao nível dos dirigentes, mas também de outras situações, concluindo que a redução de despesas com o pessoal, nos últimos anos, fora na ordem dos 25%. Referiu, também, que a Câmara Municipal de Rio Maior estava a contribuir para os objectivos da “Troika” na redução dos funcionários. Disse, igualmente, que durante muitos anos acontecera o inverso, pois os Municípios eram muito interventivos na sociedade, nomeadamente, com a criação de postos de trabalho, no entanto, actualmente, tal facto não era passível de ser concretizado. -----

A Câmara deliberou por maioria, com os votos a favor dos Vereadores eleitos pela Coligação “Juntos pelo Futuro” e a Presidente e com os votos contra dos Vereadores eleitos pelo Partido Socialista, nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei nº

5-A/2002 de 11 de Janeiro e artigos 4º e 5º da Lei nº 12-A/2008 de 27/02, submeter à aprovação da Assembleia Municipal as Grandes Opções do Plano, o Orçamento e o Mapa de Pessoal para 2012. -----

Mais deliberou, conforme disposto no artigo 5º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de Setembro, considerar o montante do encargo relativo ao recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação dos postos de trabalho previstos, e não ocupados, no Mapa de Pessoal para o ano de 2012, pelo montante ali previsto para esta situação. -----

O Vereador, Dr. Silvino Manuel Gomes Sequeira, fez a seguinte declaração de voto oral: -----

“Votei contra esta proposta, porque, curiosamente ocupei-me muito mais com as primeiras páginas do documento apresentado, porque isso define os objectivos, a orientação do Município para 2012 e as páginas sequenciais não são mais do que a estratégia para atingir esses objectivos. Portanto, concentrando a minha atenção como Vereador, nos documentos que referi, ou seja, a parte inicial do que fora apresentado, quero dizer que queria aqui reproduzir algumas das passagens desses documentos. Na intervenção ao orçamento inicial, em determinada altura, lê-se “(...) que as Autarquias contribuem para o equilíbrio social, para a continuidade do tecido associativo e da participação da sociedade civil, também, as Autarquias, considerando os cortes abruptos nas suas receitas, têm de congregar a colaboração das diversas forças vivas locais na busca de uma maior racionalização dos meios e consequente aumento de eficiência”. Atendendo ao que foi escrito, vamos lá ver se é como Frei Tomás, “Faz o que ele diz, não o que ele faz”. É que olhando para o documento que se segue e por isso votei contra, há um ano a maioria teve a gentileza para com os Vereadores da oposição, de antes de apresentar este documento, nos ter chamado. Desta vez fomos ignorados. O que é que mudou? Talvez o governo, mas tendo em conta o existente que possuía uma maioria, embora minoritária, mas que governava o País, agora existe uma outra maioria. Neste documento que nos é apresentado, não há nenhuma estratégia, quanto mais não seja, uma estratégia em obediência ao tão falado Plano Estratégico, que foi apresentado pelo gabinete do Dr. Augusto Mateus, não vi, pode ser erro meu qualquer referência ao Plano invocado plasmado no documento agora apresentado, nem a devida relevância. Não há nenhuma referência nestes documentos introdutórios à nova estrutura financeira dos fundos comunitários, não há rigorosamente nada, nenhuma perspectiva do Município com vista a um dos grandes objectivos governamentais e até por obediência à “Troika”, porque também fica bem o Poder Local de vez em quando falar dela, sobre a

reorganização territorial e administrativa. Gostava de ver o meu Município, consciente da nova realidade que aí vem, aproveitar para ter uma orientação em termos de fundos de coesão territorial e social, ter uma preocupação do que aí vem, tendo em conta aquilo que eu acabei de referir. Também não vi plasmado nestas notas introdutórias, a estratégia do Município de Rio Maior para o ano que vem, a consequência benéfica da existência de uma Escola Superior de Desporto, cujas instalações têm capacidade para receber cerca de três vezes mais alunos que neste momento frequentam aquele estabelecimento de ensino, estamos a falar de 800 alunos que triplicando poderão com novos cursos, nova capacidade criativa da comunidade local, como já teve no passado, de trazer ensino superior, o que isso representaria para a economia do concelho e para a sua componente social. Ignora-se nesta parte inicial dos documentos apresentados, o que representa a geração económica da Escola Superior de Desporto, não andaremos longe da verdade, porque cerca de cinco milhões de euros serão injectados só em termos económicos, não falando, como referira anteriormente, com a componente social, cultural, o rejuvenescimento da própria cidade e do concelho. Não há uma referência sequer à preocupação com os desempregados que em número crescente, aumentam no concelho de Rio Maior. Não há nenhuma política de aproveitamento de fundos para combater a situação de solidão que estes vivem, não há uma referência ao flagelo que cada vez é maior, só quem não anda nas ruas, é que não percebe a sociedade riomaiorense, naquilo que se está a passar com a toxicodependência que aumenta de uma maneira desmesurada, cada vez a escalões etários mais novos. Não há uma referência à segurança, tão badalada na última campanha eleitoral, em que a insegurança aumenta cada vez mais. Por vezes não são as medidas efectivas, são a preocupação que isto devia de transparecer, na minha opinião, para a comunidade riomaiorense. Não há uma referência sequer à possibilidade de aproveitamento das instalações, hoje fruídas, pela Escola Superior de Desporto, para por exemplo incentivar através de incubadoras, jovens empresários riomaiorenses. Não há nenhuma referência à reanimação do comércio, talvez o Mercado Mensal seja a única referência que existe no documento agora apresentado. Mais razões, com certeza haveria para justificar o meu voto contra. É esta descoordenação entre as intenções nos documentos iniciais e o que depois se segue, que prova que de facto, por vezes é faz o que Frei Tomás diz, mas não aquilo que ele faz. E, mais, finalmente queria também referir o documento da conjuntura económica, que é bem elucidativo da preocupação da actual maioria da Câmara Municipal de Rio Maior. O que é que lá vem? A reprodução daquilo que todos nós ouvimos e fala-se sobre o mundo, sobre o país, sobre os municípios e concretamente sobre o Município de Rio Maior, não vi nenhuma alusão ao mesmo para aquilo que deveria de ser estratégico e importante num momento de crise, de dificuldade e de descrença das pessoas, pelo menos que acreditassem na sua Autarquia, em quem gere a mesma e lhes dá perspectivas de futuro. Portanto, o meu voto contra é por tudo isto e

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 19 DE DEZEMBRO DE 2011

por mais que haveria a dizer, mas fundamentalmente, por entender, na minha opinião, que não há uma visão estratégica, uma ideia mobilizadora dos riomaiorenses e consequentemente uma identificação programática do que se pretenderia fazer para atingir esses objectivos. Estamos perante uma visão estreita, uma navegação à costa sem horizonte e sem perspectivas de futuro. Estas foram as razões, entre outras, do meu voto contra a este documento que agora é apresentado na reunião de Câmara.” -----

O Vereador, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida, fez a seguinte declaração de voto, oral: -----

“Votei contra esta proposta, porque a mesma não é a da Câmara Municipal de Rio Maior, esta é a proposta apenas da maioria. Maioria essa que desperdiçou o nosso contributo apesar da nossa disponibilidade atempadamente anunciada. Não quis a maioria compreender o nosso esforço, a nossa boa vontade. Num momento em que há a necessidade de aglutinar esforços, optou a maioria pelo total desperdício. Este orçamento não releva uma estratégia para o concelho de Rio Maior. Este orçamento sacrifica as freguesias e o movimento associativo. Este não é de facto o nosso orçamento.” -----

O Vereador, Dr. Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro subscreveu as declarações de voto efectuadas pelos Vereadores eleitos pelo Partido Socialista. -----

O Vereador, Dr. Nuno Leal Santos da Veiga Malta, fez a seguinte declaração de voto, oral: -----

“Votei favoravelmente este orçamento, principalmente, porque o que as pessoas hoje querem é seriedade. Votei favoravelmente, porque o considerei principalmente sério, honesto, transparente e responsável e também porque o mesmo tem austeridade, sendo a mesma essencial para que este Município consiga ganhar credibilidade.” -----

O Vereador, Dr. Carlos Fernando Frazão Correia, teceu algumas considerações acerca do assunto em epígrafe. -----

“Gostaria de dizer o seguinte: o Partido Socialista foi convocado para vir ter uma discussão sobre o Orçamento. Repito o Partido Socialista e que eu saiba o Prof. Moreira não poderia vir porque os Vereadores do Partido Socialista iam

estar presentes na discussão do documento. É esta a informação que eu tenho.” -----

O Vereador, Dr. Silvino Manuel Gomes Sequeira, interveio e em relação às palavras do Vereador, Dr. Carlos Frazão disse que o Prof. Moreira poderia ser confrontado com a afirmação feita. Disse ainda que no Partido Socialista de Rio Maior não tinha sido recebida qualquer comunicação escrita por parte da Câmara, tendo sido somente através de uma chamada telefónica. Aludiu ainda que não lhe competia a ele trazer informações sobre a questão apresentada, mas dizer que, tal como acontecera no ano anterior, não tinham sido contactados para estarem presentes na referida reunião. Terminou a sua intervenção dizendo que qualquer diferendo que existisse com o Prof. António Moreira devia de ser esclarecido com o próprio. -----

A Presidente interveio e em resposta ao Vereador, Dr. Silvino Sequeira disse que não existia qualquer diferendo, esclarecendo que os contactos que foram efectuados com o Prof. António Moreira foram de acordo com a Lei, para darem o seu contributo, que todos os Partidos com assento na Assembleia Municipal e aqueles com assento na Câmara, que não possuem funções, tinham sido contactados por e-mail. Seguidamente, informou que após o envio das diversas convocatórias tinham sido contactados telefonicamente para confirmarem a sua presença e que o Prof. António Moreira dissera que não estaria presente na reunião. A Presidente voltou a afirmar que os contactos efectuados tinham sido aqueles que decorriam da Lei do Estatuto do Direito de Oposição e que o único Partido que não comparecera fora o Partido Socialista.

O Vereador, Dr. Carlos Nazaré interveio, questionando a Presidente da Câmara, se era verdade ou mentira, que lhe dissera que o ano era difícil e que podiam contar com a sua disponibilidade e colaboração para que pudessem ser encontradas as melhores soluções para o concelho de Rio Maior. -----

A Presidente interveio tendo respondido afirmativamente, dando os necessários esclarecimentos. -----

O Vereador, Dr. Carlos Fernando Frazão Correia, seguidamente, fez a seguinte declaração de voto, oral: -----

“Votei favoravelmente o Orçamento para 2012, no pressuposto que a Câmara Municipal de Rio Maior, estando consciente da diminuição das receitas, quer por parte dos impostos, quer por parte das transferências do poder central e tentando dentro do possível corresponder aos anseios daqueles que votaram na actual maioria, tentando esgotar o mais rapidamente possível todas as verbas disponíveis nos quadros comunitários de apoio às quais o concelho de Rio Maior teve direito. E é bom não esquecer que Rio Maior foi dos poucos concelhos que foi considerado na Bolsa de Mérito, devido a ter um taxa de execução bastante elevada, é nesse pressuposto que foi apresentado um orçamento de rigor em que dentro do possível vamos tentar penalizar o mínimo, as Juntas de Freguesia. Tivemos reuniões com todos os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, independentemente, da cor partidária de cada um, onde o Executivo transmitiu de viva voz aquilo que pensava para o Plano e Orçamento para 2012. Relativamente ao Orçamento de 2013, estamos perfeitamente conscientes que iremos ter um novo quadro comunitário de apoio e que aí com certeza que as regras serão outras e cá estaremos disponíveis para responder a tal. -----

Também gostaria de dizer que é preocupação do Executivo neste Orçamento, tentar dentro do possível corresponder aos problemas sociais que tem vindo infelizmente a agudizar, não só ao nível da fome nas escolas, como também no desemprego, que infelizmente continua a ser galopante e quando se fala da segurança ou da insegurança não é por falta de contactos sistemáticos não só com a GNR de Rio Maior, como também com a Escola Segura e também com outras entidades a nível do poder central para tentar dentro do possível minorar tal flagelo que também afecta o nosso concelho.

No que respeita à Escola Superior de Desporto, embora não haja nenhuma referência, é verdade, a Câmara Municipal de Rio Maior tem desenvolvido por todos os meios a tentativa de regularizar o compromisso assumido anteriormente, que será para cumprir, tendo em conta o cumprimento da 1ª parte, para que a Escola Superior de Desporto possa o mais rapidamente possível abrir, porque é esse o desejo não só do Politécnico de Santarém, mas como será também o desejo, penso, de todos nós riomaiorenses.” ----

A presente Declaração de Voto foi subscrita pela Presidente. -----

Neste momento a Presidente saiu da sala de reuniões de Câmara, ficando o Vice-Presidente a presidir.-----

UNIDADE DE CULTURA, PATRIMÓNIO CULTURAL, TURISMO E
JUVENTUDE

CONTRATO-PROGRAMA – DESMOR, E.E.M. – 2012 -----

Foi presente à Câmara uma informação da Unidade de Cultura, Património Cultural, Turismo e Juventude, datada de 14 de Dezembro de 2011, sobre Contrato-Programa – DESMOR, E.E.M. – 2012. -----

O Vice-Presidente interveio tendo solicitado ao Dr. Carlos Coutinho, Administrador Executivo da Desmor, presente na sala de reuniões, que efectuassem uma introdução do documento em epígrafe. -----

O Dr. Carlos Coutinho, Administrador Executivo da Desmor, interveio a pedido do Vice-Presidente, tendo referido que o contrato-programa em apreço era o mais baixo de todos aqueles que tinham sido apresentados anteriormente, dizendo, também, que o mesmo estava de acordo com o Orçamento para o ano de 2012. Terminou a sua intervenção dizendo que no debate relativo ao Orçamento para o ano de 2012, havia, com certeza, mais questões para serem discutidas que nesta fase de apresentação do Contrato-Programa em apreço. -

O Vice-Presidente interveio tendo feito a leitura da minuta de deliberação e dizendo que o valor mensal da comparticipação financeira prevista para o ano de 2012 era de 57.900,00€ por mês. -----

A Câmara deliberou aprovar por maioria, a proposta de Contrato-Programa a celebrar com a Desmor, E.E.M., bem como autorizar a transferência da verba mencionada na informação em apreço, com os votos a favor dos Vereadores eleitos pela Coligação “Juntos pelo Futuro” e do Presidente em exercício e com a abstenção dos Vereadores eleitos pelo Partido Socialista. -----

O Vereador, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida, fez a seguinte declaração de voto, oral: -----

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 19 DE DEZEMBRO DE 2011

“Abstive-me nesta proposta, na expectativa que efectivamente o contrato-programa venha a ser mais baixo e não acho a necessidade do seu reforço.” -----

A presente Declaração de Voto foi subscrita pelos demais Vereadores eleitos pelo Partido Socialista. -----

DESMOR, E.E.M – ORÇAMENTO E PLANO DE ACTIVIDADES PARA O ANO DE 2012 -----

Foi presente à Câmara uma informação da Divisão de Desporto, datada de 14 de Dezembro de 2011, sobre Desmor, EEM – Orçamento e Plano de Actividades para o Ano de 2012. -----

O Vice-Presidente interveio tendo mais uma vez solicitado ao Dr. Carlos Coutinho, Administrador Executivo da Desmor, presente na sala de reuniões, que efectuasse uma introdução do documento em epígrafe. -----

O Dr. Carlos Coutinho, Administrador Executivo da Desmor, interveio a pedido do Vice-Presidente, tendo referido que a Administração da Desmor estava orgulhosa em relação ao Orçamento apresentado e à execução dos anos anteriores. Aludiu ainda à redução de 19,5% que fora efectuada ao contrato-programa do ano 2011, face ao ano de 2010, dizendo, ainda, que não fora necessário proceder à revisão ao referido contrato, salientando o esforço da Administração e de todos os funcionários da empresa Desmor. Informou, também, que a redução ao nível da eficiência energética prevista para o ano de 2011 não se concretizara a 100% e que a empresa Desmor estava a suportar o custo do gás na totalidade do que fora orçamentado, dizendo, contudo, que não tinha sido necessário proceder a um orçamento rectificativo, nem a contrato-programa para solicitar mais verba à Câmara Municipal de Rio Maior, salientando, assim, o esforço, no que respeita ao aumento da receita e à diminuição dos fornecimentos e serviços externos para o ano de 2011, o que permitiu que a empresa terminasse o ano com resultados positivos. Salientou também que as empresas e as Câmaras Municipais atravessavam tempos difíceis. -----

Continuando no uso da palavra, o Dr. Carlos Coutinho referiu-se ao cuidado

que a Administração da empresa Desmor tivera na preparação do Orçamento para o ano de 2012, dizendo ser o maior dos últimos anos e de menor dependência financeira, cerca de 29,9% em relação ao Município e que no ano de 2008 era de 42,88%. Informou que as receitas próprias aumentaram na ordem dos 30% e que houvera um decréscimo do financiamento aos clubes desde o ano de 2008, de 172.931,00€ para 78.699,00€, representando uma redução de 55%. Disse também que existia uma evolução dos Contratos de Desenvolvimento de AFD – Actividade Física e Desportiva, de 88.800,00€, em 2008 e 2009, para 58.500,00€ no ano de 2011/2012, significando uma redução significativa, salientando a boa gestão dos dinheiros públicos por parte da empresa Desmor. No que respeita aos valores recebidos pelo IDP – Instituto do Desporto de Portugal para a realização do Grande Prémio de Marcha, através do Clube de Natação de Rio Maior, na parceria existente com a Câmara Municipal e a empresa Desmor, disse que passaram de 10.000,00€ para 1.500,00€ no ano de 2011. Concomitantemente, o Administrador Executivo, Dr. Carlos Coutinho, referiu-se à evolução dos investimentos de 2008, com 48.872,00€, no ano de 2009 - 31.184,00€, no ano de 2010 - 118.800,00€ e no ano de 2011, nomeadamente até ao mês de Outubro, 44.175,00€. -----

O Dr. Carlos Coutinho efectuara um balanço global, dizendo que no geral houvera uma diminuição no contrato-programa, no financiamento dos Contratos de Desenvolvimento de AFD – Actividade Física e Desportiva no 1.º ciclo, no financiamento por parte do IDP- Instituto do Desporto de Portugal, diminuição da facturação aos clubes regionais para utilização das instalações desportivas, para menos de metade e que o suporte financeiro para o Orçamento de 2012, em cerca de 70% dos 2.322.822,81€, era de receitas próprias da empresa Desmor. -----

O Vereador, Dr. Nuno Malta interveio, tendo manifestado o seu sincero agradecimento à Administração da empresa Desmor, em especial ao Dr. Carlos Coutinho pela fantástica forma de gestão da empresa municipal. Realçou a menor dependência da empresa Desmor face à Câmara Municipal e à aposta ganha pelo actual Executivo, em contratar um gestor profissional de forma a efectuar uma gestão sustentável por aquilo que não podia ser

suportado pela Câmara Municipal. -----

Terminou a sua intervenção dizendo que ia votar favoravelmente o Orçamento apresentado, dando mais uma vez os parabéns à Administração da empresa Desmor e ao Dr. Carlos Coutinho. -----

A Câmara deliberou de acordo com a informação em apreço e face ao indicado no Artigo 39º da Lei nº 53-F/2006, de 29 de Dezembro e do nº 2 do Artigo 16º dos Estatutos da DESMOR, E.E.M., aprovar, os instrumentos de gestão previsional apresentados pela DESMOR, E.E.M., para o ano 2012, com os votos a favor dos Vereadores eleitos pela Coligação “Juntos pelo Futuro” e do Presidente em exercício e com a abstenção dos Vereadores eleitos pelo Partido Socialista. -----

O Vereador, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida, fez a seguinte declaração de voto, oral: -----

“Abstive-me nesta proposta, no pressuposto que a conta de gerência a aprovar em Março, valide esta estratégia de gestão da Desmor, E.E.M.” -----

A presente Declaração de Voto foi subscrita pelos demais Vereadores eleitos pelo Partido Socialista. -----

O Presidente em exercício fez a seguinte declaração de voto, oral:-----

“Votei favoravelmente o Orçamento e Plano de Actividades para o ano de 2012 da empresa Desmor, porque entendo que é um orçamento de rigor, em que a dependência por parte da Desmor, empresa municipal é cada vez menor relativamente ao Município de Rio Maior e não só foi possível reduzir a transferência da Autarquia no seu valor mensal, como também a capacidade de investimento da Desmor tem vindo a subir. ----- Por outro lado reconheço também que a Desmor tem vindo a fazer todo um trabalho, com uma ocupação cada vez maior, não só do Centro de Estágios, mas das instalações devido a vários protocolos celebrados com várias entidades. Penso que a Desmor está no bom caminho e que mesmo numa situação difícil que todo o mundo atravessa, que tem sido notório ano após ano, todos os esforços que têm sido feitos no sentido de reduzir cada vez mais a dependência da Câmara Municipal de Rio Maior. Aproveito também, para me congratular com todos os corpos sociais ao longo dos anos que têm

passado pela Desmor, porque uma empresa que foi criada com muitas dificuldades e com muita dependência da Câmara, ano após ano tem vindo a conseguir atingir um certo equilíbrio financeiro.” -----

Neste momento a Presidente entrou na sala de reuniões de Câmara. -----

UNIDADE DE OBRAS PARTICULARES E ORDENAMENTO

PROCESSO N.º 2005/2011 – LICENCIAMENTO INDUSTRIAL TIPO 4 – MANUEL RAMOS AGREIRO -----

Foi presente à Câmara o Processo nº 2005/2011, relativo ao Licenciamento Industrial Tipo 4, em nome de Manuel Ramos Agreiro. -----

A Presidente fez a apresentação do assunto, tendo efectuado a leitura da minuta de deliberação. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, face às informações supracitadas, emitir a licença de Exploração do Estabelecimento Industrial – Tipo 4, nos termos do disposto no artigo 19º do Decreto-Regulamentar Nº 8/2003, de 11 de Abril, na redacção dada pelo Decreto-Regulamentar Nº 61/2007 de 09 de Maio. -----

EQUIPA MULTIDISCIPLINAR DE REABILITAÇÃO URBANA E PLANEAMENTO URBANO

PROCESSO DE ALTERAÇÃO AO PLANO DE PORMENOR DO PARQUE DE NEGÓCIOS DE RIO MAIOR – DISCUSSÃO PÚBLICA -----

Foi presente à Câmara uma informação, relativo ao Processo de Alteração ao Plano de Pormenor do Parque de Negócios de Rio Maior – Discussão Pública.

A Presidente fez a apresentação do assunto, tendo efectuado a leitura da minuta de deliberação. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, em face do exposto: -----
Submeter a discussão pública a proposta de alteração do plano pormenor, pelo

prazo de 22 dias, conforme previsto no artigo 77º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro na redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro. -----

ASSUNTOS ALÉM DA AGENDA

PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL EM NOME DE COLINA DO SAL, LDA. – MARINHAS DO SAL - FONTE DA BICA – RIO MAIOR -----

Após apresentação do assunto pela Presidente, o assunto foi colocado à admissibilidade do Executivo, ao abrigo da previsão do art.º. 83º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro, tendo o mesmo sido admitido por unanimidade. -----

A Presidente interrompeu neste momento a reunião de Câmara, por um período de dez minutos. -----

Foi, neste momento, retomada a reunião de Câmara. -----

Foi presente à Câmara um Pedido de Declaração de Interesse Público Municipal em nome de Colina do Sal, Lda., em Marinhas do Sal - Fonte da Bica – Rio Maior. -----

A Presidente interveio tendo efectuado a leitura da minuta de deliberação. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, em face dos pareceres emitidos, concordar com os fundamentos do parecer técnico, reconhecendo a Utilidade Pública Municipal dado tratar-se de um empreendimento que de forma inequívoca irá potenciar o desenvolvimento económico e social da região. -----

PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL E FINANCIAMENTO COM O INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM – ACORDO DE PAGAMENTO. -----

Após apresentação do assunto pela Presidente, o assunto foi colocado à admissibilidade do Executivo, ao abrigo da previsão do art.º. 83º da Lei nº

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 19 DE DEZEMBRO DE 2011

169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro, tendo o mesmo sido admitido por unanimidade. -----

Foi presente à Câmara uma informação do Chefe da Unidade Financeira, Contabilidade, Aprovisionamento e Património, datada de 19 de Dezembro de 2011, relativa ao Protocolo de Cooperação Institucional e Financiamento com o Instituto Politécnico de Santarém – Acordo de Pagamento. -----

A Presidente interveio tendo efectuado a leitura da minuta de deliberação. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, aprovar o protocolo de cooperação institucional e financiamento com o Instituto Politécnico de Santarém – Acordo de Pagamento – no montante de 932.329,69€ (855.000,00€ + 77.329,69€), a pagar em 48 meses, conforme anexo, atendendo ao interesse municipal do projecto Escola Superior de Desporto de Rio Maior. -----

Mais deliberou que seja submetido à aprovação da Assembleia Municipal. -----

O Vereador, Dr. Silvino Manuel Gomes Sequeira, fez a seguinte declaração de voto oral: -----

“Votei com bastante agrado este documento que agora foi apresentado, porque é mais um passo, na esperança que seja efectivamente o último daquilo que eu entendo que foi decisivo para estar hoje sediada em Rio Maior, o maior investimento feito em termos de obra no ensino superior em Portugal no ano de 2010 e no ano de 2011. Na minha opinião se concretiza um compromisso decisivo que tanto eu, como o Dr. Carlos Nazaré assumimos no Ministério do Ensino Superior de então, sendo a maneira de desbloquear a dificuldade do Governo de então em financiar a construção da Escola Superior de Desporto. Foi a participação financeira da Câmara Municipal de Rio Maior na construção do Edifício da Escola Superior de Desporto que na minha opinião viabilizou tudo o que tem a ver com a construção da Escola, na situação com o Governo central da altura, inclusivamente a nível dos fundos comunitários nas diligências que na altura fizemos para que este objectivo fosse concretizado. Portanto, reafirmo a minha congratulação por entender que seja o último passo na concretização daquilo que foi determinante para a construção da Escola Superior de Desporto de Rio Maior.” -----

A presente Declaração de Voto foi subscrita pelos demais Vereadores eleitos

pelo Partido Socialista. -----

O Vereador, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida, fez a seguinte declaração de voto, oral: -----

“Votei favoravelmente esta proposta, no pressuposto que este acto permitirá a utilização plena das novas instalações já prontas da Escola Superior de Desporto e que em paralelo libertarão as actuais instalações do Município utilizadas para uma nova utilização, que nós gostávamos que fosse ligada a uma estratégia de desenvolvimento da continuidade do ensino superior em Rio Maior.” -----

A presente Declaração de Voto foi subscrita pelos demais Vereadores eleitos pelo Partido Socialista. -----

O Vereador, Dr. Carlos Fernando Frazão Correia, seguidamente, fez a seguinte declaração de voto, oral: -----

“Congratulo-me em nome pessoal e, penso, também do Executivo, relativamente a este fechar de um ciclo em que após todo os esforços feito pelos vários Executivos, tanto o anterior como o actual, no sentido de se concretizar todo o apoio que é merecido por parte da Escola Superior de Desporto, para que deixe de haver desculpas e para que as novas instalações possam o mais rapidamente possível ser ocupadas e colocadas ao serviço de toda a comunidade escolar. Isto ao acontecer o mais rápido possível, irá permitir à Câmara Municipal de Rio Maior continuar toda a estratégia que tem vindo a cimentar, no sentido de dar uma utilização eficaz e rápida às actuais instalações situadas no Pavilhão Multiusos.” -----

A presente Declaração de Voto foi subscrita pela Presidente. -----

A Presidente interveio tendo informado que no próximo dia 22 de Dezembro se ia proceder à entrega das prendas aos filhos dos funcionários da Autarquia, no Cineteatro e que no dia 23 do mesmo mês pelas 13:00H, no Pavilhão Multiusos ia decorrer o convívio de Natal dos funcionários. -----

ATENDIMENTO AO PÚBLICO

RUI E MARINA -----

Os munícipes, Rui e Marina, presente na sala de reuniões de Câmara, interviram sobre o mesmo assunto, tendo o munícipe, Rui, referido o estado de conservação da estrada das Abuxanas, nomeadamente, a seguir à ponte do Auto-estrada 15 até ao limite do concelho. Referiu-se ainda a um abaixo-assinado entregue na Câmara referente a um talude existente na estrada entre as Abuxanas e os Casais da Serra e da necessidade do mesmo ser protegido através da colocação de rails de protecção. O munícipe aludiu ainda às lombas existentes na estrada e à necessidade de as mesmas serem corrigidas e também ao desnível existente na Rua das Agrias com a Estrada Municipal. ---- Logo de seguida a munícipe, Marina, referiu-se a um outro abaixo-assinado elaborado por outros moradores, sobre o estado de conservação da estrada referida anteriormente e que ia proceder à sua entrega durante a reunião de Câmara. Ainda no uso da palavra a munícipe referiu-se à sinalização vertical e ao estado de conservação da mesma e também da falta de limpeza das valetas e aquedutos, para que o cruzamento de veículos seja feito com maior segurança. -----

JOÃO NARCISO VERDE DA COSTA -----

O munícipe, João Narciso Verde da Costa, presente na sala de reuniões de Câmara, interveio tendo referido que as questões que iam ser colocadas já tinham sido abordadas anteriormente. Logo de seguida referiu-se à questão do Bairro Social de Vale de Óbidos e à intervenção feita pela Junta de Freguesia de Rio Maior, questionando a quem se tinha que dirigir tendo em conta que a zona se encontrava intransitável. -----

Agradeceu ainda o envio da listagem com o ponto de situação dos Bairros Sociais do Concelho de Rio Maior. -----

Terminou a sua intervenção, referindo-se à intervenção que estava a ser feita na Estrada Municipal n.º 508, questionando até onde iam ser regularizadas as valetas, tendo chamado à atenção para a forma como as mesmas estavam a ser intervencionadas, tendo em conta que as mesmas se podiam tornar

perigosas para a circulação automóvel e pedonal. -----

A Presidente interveio tendo solicitado a intervenção do Eng. Ricardo do Rosário, Chefe de Divisão da Unidade de Obras Públicas e Equipamentos, para dar resposta às questões apresentadas. -----

O Eng. Ricardo do Rosário, Chefe de Divisão da Unidade de Obras Públicas e Equipamentos, presente na sala de reuniões de Câmara, interveio a pedido da Presidente, tendo dado os necessários esclarecimentos acerca das questões apresentadas, nomeadamente, sobre a estrada das Abuxanas, dizendo que o processo sobre a mesma estava em fase de adjudicação para a aplicação de micro aglomerados em toda a estrada, desde vale de Óbidos até ao limite do concelho e que também iam ser colocadas passagens de peões. -----

Continuando a sua explicação e em resposta ao munícipe João Narciso Verde da Costa, o Eng. Ricardo referiu que a situação que estava a ser regularizada e que passava pelo atravessamento da EM 508 e da regularização das valetas, nomeadamente, com a Rua Vale Caldeira, que passava por uma solução igual à que fora efectuada junto da Avenida dos Combatentes e consequente asfaltamento, não tendo nada a ver com a colocação de micro aglomerados. --
No que respeita à Rua da Catrina, questão também suscitada pelo munícipe João Narciso Verde da Costa, o Eng. Ricardo dos Rosário disse que a situação seria resolvida por administração directa, previsivelmente no início do ano de 2012, após a situação das massas asfálticas estar resolvida. -----

A Presidente interveio e em relação à questão suscitada pelos munícipes no que respeita à Rua das Agrias em Abuxanas, disse que a situação ia ser analisada para que pudesse ser resolvida o mais breve possível. -----

O Vereador, Dr. Carlos Nazaré interveio e em relação à questão da estrada das Abuxanas disse que a intervenção já estava prevista, congratulando-se com o facto, dizendo que esperava que a Câmara fosse eficaz na resolução do problema. -----

Referiu que a situação suscitada pelo munícipe João Narciso Verde da Costa,

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 19 DE DEZEMBRO DE 2011

era muito pertinente no que concerne às obras na EM 508, tendo em conta que para ser resolvido o problema das águas pluviais, através da construção de novas valetas, os peões ficavam sem espaço para poderem circular em segurança e que os serviços técnicos da Câmara deviam de fazer um esforço para que a situação pudesse ser resolvida. -----

O Vereador, Dr. Carlos Frazão interveio tendo dito que ia ser feito um alargamento de cerca de um metro, no sentido Rio Maior - Vale de Óbidos, desde a Avenida dos Combatentes até à Rua Vale Caldeira. Logo de seguida disse que também circulava muitas vezes na estrada municipal 508 e que antigamente não existiam valetas em cimento, que as pessoas durante o inverno circulavam no pavimento, tendo em conta a água que as valas levavam. Concluiu a sua intervenção dizendo que existiam situações idênticas no concelho de Rio Maior, dando como exemplo a estrada para a Azinheira ou para a Zona Industrial e que a Câmara estava, dentro do possível, a tentar resolver as situações, para que as pessoas em termos pedonais pudessem circular com mais segurança. -----

A Presidente interveio mais uma vez desejando a todos votos de Boas Festas e de Feliz Natal e que o período entre o Natal e a Passagem de Ano fosse para efectuar uma reflexão sobre o ano de 2011, para que o ano de 2012 fosse bem preparado. -----

ENCERRAMENTO

Quando eram doze horas e trinta minutos a Presidente, Dr. Isaura Morais a presidir, deu por encerrados os trabalhos desta reunião, da qual se lavrou minuta para os efeitos imediatos e a presente acta, a qual vai ser assinada pela Presidente da Câmara e por mim, Maria de Lurdes Martins Violante, Chefe de Divisão da Unidade Administrativa e Recursos Humanos, que a redigi.-----

A PRESIDENTE DA CÂMARA:_____

A CHEFE DE DIVISÃO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS:_____